



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Cristiane Silva Corrêa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cristianecorrea.ufrn@gmail.com

Simone Wajnman, Universidade Federal de Minas Gerais, wajnman@cedeplar.ufmg.br

**Padrão de formação de família brasileiro e sua relação com as
contas previdenciárias, Brasil, 2017**

Padrão de formação de família brasileiro e sua relação com as contas previdenciárias, Brasil, 2017

Introdução

O objetivo deste artigo é comparar o efeito financeiro da utilização de diferentes metodologias de estimação de padrões familiares na estimação de benefícios de pensão a dependentes em planos previdenciários de servidores públicos municipais, no intuito de evidenciar as limitações da metodologia atualmente utilizada, de definição de família padrão.

A previdência dos servidores públicos, gerida por Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), deve observar critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, segundo o art. 40 da Constituição Federal de 1988. Na busca de tais equilíbrios são feitos cálculos atuariais e contábeis, que consideram a situação financeira do regime no longo e no curto prazo, e, a partir desses cálculos, são tomadas medidas de ajustes, se necessário.

A Portaria 464/2018 dá grandes passos em relação à Portaria MPS nº 403/2008, em vigor anteriormente, ao definir o uso de família padrão para todos os servidores. Trata-se da fixação de um percentual esperado de segurados ativos e aposentados que deixarão pensão previdenciária para a estimação de pensões, considerando a diferença de idades entre os cônjuges e a idade dos filhos. Entretanto, pela metodologia da família padrão assume-se que o mesmo padrão familiar existe para todos os segurados de todos os sexos e idade, ignorando o ciclo de vida familiar e as mudanças na composição familiar no decorrer desse ciclo.

Superando essa limitação, neste trabalho estima-se probabilidades de ter cônjuge e de ter filho, a idade média do cônjuge e do filho dependente por sexo e idade do servidor, em vez da fixação do mesmo fator para todas as idades e sexos dos titulares. As mesmas medidas são estimadas considerando-se todas as pessoas da população e apenas os servidores municipais por meio dos dados da PNAD 2017 (IBGE, 2017). Definiu-se, ainda, a família padrão em que todos os titulares deixam cônjuge ao morrer.

Em seguida, estimou-se, para esses 3 grupos de funções, o encargo médio aos dependentes por idade do titular, a probabilidade de gerar pensão, e o número de

segurados contribuintes e beneficiários e os valores de salários de contribuições e benefícios por 50 anos, para a população representativa de um RPPS municipal, definida com base nas características dos RPPS apresentadas nos Demonstrativos dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) de 2017 (SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA, 2017).

Resultados

Os primeiros resultados dizem respeito às funções relacionadas à composição familiar por sexo e idade dos titulares dos regimes previdenciários. Em relação à probabilidade de ter cônjuge, os dados da PNAD 2017 apresentam uma tendência de aumento nas primeiras idades (18 anos) até quase 80% para mulheres e 90% para homens, mas após esse pico diminuem com a idade. Contudo, a população de servidores apresenta maior probabilidade de estar casado ou em união em idade mais jovens que a população como um todo, que decai em idades mais avançadas. Além disso, a queda é maior para mulheres que para homens, reflexo da sobremortalidade masculina.

Ressalta-se, ainda, que a probabilidade de ter filhos dependentes também varia com a idade e sexo do servidor, sendo mais altas para mulheres em idades mais baixas e para homens em idades posteriores às das mulheres, como reflexo do padrão de casamentos em que homens em geral são mais velhos que as esposas. Contudo, nas idades em que a mortalidade é mais alta, ou seja, nas idades mais avançadas, a probabilidade de ter filho dependente é praticamente zero. Assim sendo, as pensões deixadas a filhos ocorrem com pequena probabilidade e, portanto, têm pequeno efeito financeiro nos RPPS, como já argumentado por Corrêa (2018), que também apresenta as funções de probabilidade de ter filhos e cônjuges.

Em relação às projeções para o RPPS, o número de pensões pagas aos filhos na ausência de cônjuge não chega a 0,6% do número de ativos iniciais, enquanto o número de pensões pagas a cônjuges se aproxima de 20%, em média, em algum momento em períodos futuros, indicando que a função de benefícios aos cônjuges tem maior impacto no número de benefícios que a de filhos, sendo responsável por um percentual superior de benefícios pagos.

Pelas projeções observou-se ainda que a diferença no número de pensionistas quando se utiliza as funções estimadas por idade e sexo somente para os servidores

é pequena em relação ao resultado considerando a população total, já que ambos os valores de probabilidades são próximos entre si. Mesmo assim, para uma população inicial de 3 mil segurados, o número de pensionistas estimado com a função para toda a população chega a ser de 80 pessoas a mais em um ano em relação ao número estimado considerando a função estimada especificamente para servidores municipais. Quando se admite que todos os mortos deixam cônjuge beneficiário essa diferença chega a 387 benefícios. Em termos relativos, a diferença é crescente chegando a representar, após 50 anos, um aumento de 125% do número de benefícios considerando-se que todos têm cônjuges em relação aos resultados utilizando a função específica para a população de servidores.

Contrapondo esses resultados com os utilizando uma família padrão em que todos os servidores têm cônjuge ao morrer, observa-se também diferenças consideráveis quanto ao número de pensionistas projetados. Para a população projetada, enquanto assumindo as probabilidades de ter cônjuge estimadas por idade e sexo o número de pensionistas chegaria a no máximo 18% do total de ativos iniciais em 40 anos, assumindo a família padrão esse percentual chega a 35%, aproximadamente o dobro de indivíduos. Em termos monetários isso representa um aumento de 36% no valor despendido com benefícios na mesma data, mas que pode chegar a 62% de aumento após 50 anos.

Em termos de valores monetários, novamente a diferença entre os valores estimados utilizando a função para a população total foram mais próximos aos resultados utilizando a função para os servidores que quando se assumiu que todos os mortos deixam cônjuges. Considerando-se que todos os mortos deixam cônjuge beneficiário, em 10 anos o valor dos benefícios a que os segurados têm direito subiria em 3,6% em relação ao cenário em que se assume probabilidades de ter cônjuge diferentes para cada idade e sexo. Aos 50 anos de projeção, essa diferença seria de 51,1%, ou 11,87 milhões de reais. Considerando a população como um todo, a diferença seria de 1% após 10 anos e 10% após 50 anos, ou R\$ 2,35 milhões.

Discussão

Como mostram os resultados, a adoção de diferentes probabilidades de ter cônjuge a cada idade em detrimento da utilização da família padrão, metodologia mais utilizada atualmente nos cálculos previdenciários, já traz um ganho de precisão ao

modelo relevante, mesmo que a função utilizada não seja específica para servidores públicos municipais. Contudo, ao se adotar uma função específica para servidores em detrimento da função estimada para a população como um todo observou-se uma diferença de até 40% do número de benefícios de pensão e de até 10% dos valores de benefícios pagos em um ano. Com os parâmetros estimados para servidores municipais, e não para a população total, pode-se estimar com maior exatidão o padrão de dependentes esperado para os servidores municipais, o que pode auxiliar na estimação de benefícios de pensão, salário maternidade, salário família, entre outros benefícios, além da definição de políticas de assistência às famílias dos servidores.

Ressalta-se que, embora não seja amplamente utilizado no mercado atuarial, é possível aliar as metodologias de tabua Heritor (Hx), geralmente aliada a família padrão ou a percentual de beneficiários, com a utilização de tabelas de probabilidade de ter cônjuge e filho e idades médias de cônjuges e filhos, conforme descrito por CORRÊA (2018). Assim, com as técnicas já descritas na literatura, é possível utilizar os valores estimados neste projeto para servidores municipais nas avaliações atuariais, se assim permitir a legislação.

Referências bibliográficas

CORRÊA, C. S. *Premissas atuariais em planos previdenciários: uma visão atuarial-demográfica*. 1. ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2018. v. 1.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- PNAD Contínua*, 2017.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA. DRAA. *Secretaria de Previdência Social. Previdência de Servidor Público. Mais informações. Estatísticas e Informações dos RPPS. DRAA. Estatísticas da População Coberta*. Brasília - DF, 2017. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps/>>. Acesso em: 19 fev. 2019.